



**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2203.05-26 PERP**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00022.20260420/0003-04**

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO LICENCIAMENTO E CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE PLATAFORMA EDUCACIONAL NA MODALIDADE SAAS (SOFTWARE AS A SERVICE), ESTRUTURADA COMO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA) 100% EM NUVEM, A SOLUÇÃO DEVENDO INTEGRAR BIBLIOTECA DIGITAL INTERATIVA, ACERVO DE VIDEOAULAS, SIMULADOS GAMIFICADOS, BANCO DE QUESTÕES MULTIDISCIPLINAR E FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) GENERATIVA E ANALÍTICA, COM MÓDULOS ESPECÍFICOS PARA TUTORIA SOCRÁTICA DE ALUNOS E ASSISTÊNCIA À PRODUTIVIDADE E SAÚDE MENTAL DOCENTE, VISANDO A ELEVAÇÃO DOS INDICADORES DO MUNICÍPIO EM AVALIAÇÕES DE LARGA ESCALA (COMO SAEB E SPAECE), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARACURU/CE., conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas do órgão gerenciador:

SEQ	DESCRIÇÃO	QTD	UND
1	SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE PLATAFORMA EDUCACIONAL INTEGRADA	1,00	Serviço
em regime de software as a service (saas), composta por ambiente virtual de aprendizagem (ava) com acervo digital e ferramentas de inteligência artificial. o serviço engloba a liberação do ambiente em nuvem, migração de banco de dados (lgpd), parametrização dos perfis de alunos e professores, configuração do módulo vlibras e treinamento inicial (remoto ou presencial) da equipe gestora e docente para o uso do ecossistema e das ferramentas de tutoria socrática.			
2	CESSÃO DE USO DE LICENÇA DE SOFTWARE EDUCACIONAL EM MODALIDADE SAAS	43.200,00	Serviço
compreendendo acesso individual ao ambiente virtual de aprendizagem (ava) com recursos pedagógicos gamificados, banco de questões e inteligência artificial generativa e analítica (tutores socráticos, ia de planejamento e ia anticola), incluindo portal de gestão educacional integrado, suporte técnico especializado remoto, manutenção evolutiva do servidor e atualizações periódicas alinhadas à bncc, com atendimento voltado aos alunos, corpo docente e equipe gestora da rede municipal de ensino do município de paracuru/ce.			

LOTE ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	V. UNIT	V. TOTAL
1	SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO DE PLATAFORMA EDUCACIONAL INTEGRADA	1.0	Serviço	R\$ 24.933,33	R\$ 24.933,33
Especificação: EM REGIME DE SOFTWARE AS A SERVICE (SAAS), COMPOSTA POR AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA) COM ACERVO DIGITAL E FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL. O SERVIÇO ENGLOBA A LIBERAÇÃO DO AMBIENTE EM NUVEM, MIGRAÇÃO DE BANCO DE DADOS (LGPD), PARAMETRIZAÇÃO DOS PERFIS DE ALUNOS E PROFESSORES, CONFIGURAÇÃO DO MÓDULO VLIBRAS E TREINAMENTO INICIAL (REMOTO OU PRESENCIAL) DA EQUIPE GESTORA E DOCENTE PARA O USO DO ECOSISTEMA E DAS FERRAMENTAS DE TUTORIA SOCRÁTICA.					
2	CESSÃO DE USO DE LICENÇA DE SOFTWARE EDUCACIONAL EM MODALIDADE SAAS	43200.0	Serviço	R\$ 35,50	R\$ 1.533.600,00
Especificação: COMPREENDENDO ACESSO INDIVIDUAL AO AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA) COM RECURSOS PEDAGÓGICOS GAMIFICADOS, BANCO DE QUESTÕES E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA E ANALÍTICA (TUTORES					



SOCRÁTICOS, IA DE PLANEJAMENTO E IA ANTICOLA), INCLUINDO PORTAL DE GESTÃO EDUCACIONAL INTEGRADO, SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO REMOTO, MANUTENÇÃO EVOLUTIVA DO SERVIDOR E ATUALIZAÇÕES PERIÓDICAS ALINHADAS À BNCC, COM ATENDIMENTO VOLTADO AOS ALUNOS, CORPO DOCENTE E EQUIPE GESTORA DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PARACURU/CE.

**Valor total do lote R\$ 1.558.533,33 (um milhão, quinhentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e trinta e três reais e trinta e três centavos)**

**Valor total R\$ 1.558.533,33 (um milhão, quinhentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e trinta e três reais e trinta e três centavos)**

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, CONFORME ESTABELECE O ART. 84 DA Lei Nº 14.133 DE 1º DE ABRIL DE 2021.
  - 1.4.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.
- 1.5. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.558.533,33 (um milhão, quinhentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e trinta e três reais e trinta e três centavos)
- 1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. DA JUSTIFICATIVA PARA AGRUPAMENTO DOS ITENS EM LOTE**

4.1. Informamos que os itens foram agrupados em lote único pelos seguintes motivos: Os itens são de mesma natureza e guardam relação entre si; Há no mercado diversas empresas capazes de atender ao fornecimento simultâneo de todos os itens que fazem parte do grupo, os itens a serem adquiridos são comuns e



há grandes quantidades de fornecedores no mercado; O fato da licitação ser por grupo também recai no fato de buscar diminuir o número de fornecedores contratados, com vistas a preservar o máximo possível a rotina das unidades, que são afetadas por eventuais descompassos no fornecimento dos produtos por diferentes fornecedores. Nessa linha, o fato de lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação: prestação dos serviços e garantias dos mesmos. O aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública;

4.2. A licitação, para a contratação de que trata o objeto deste Termo de Referência e seus Anexos, em lote justifica-se pela necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que vários fornecedores poderão implicar nas dificuldades gerenciais e, até mesmo, na busca da uniformidade de preços, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário. Some-se a isso a possibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao largo da prestação dos serviços, o que fica sobremaneira dificultado quando se trata de diversos prestadores de serviços ou fornecedores com diversos preços para um mesmo item;

4.3. O não parcelamento do objeto em itens, nos termos da Lei Federal 14.133/21, neste caso, se demonstra técnica e economicamente viável e não tem a finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa, tão somente, assegurar a gerência segura da contratação, e principalmente, assegurar, não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também, atingir a sua finalidade e efetividade, que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública;

4.4. O agrupamento dos itens faz-se necessário haja vista a celeridade, economia de escala, a eficiência na fiscalização de contrato único e os transtornos que poderiam surgir com a existência de duas ou mais empresas para a prestação dos serviços licitados. Assim com destaque para os princípios da eficiência e economicidade, é imprescindível a licitação por grupo;

4.5. No que é pertinente ao lote, a prática tem demonstrado que para alguns casos a licitação feita por lote atende melhor ao interesse público que por item, tendo em vista que os itens foram agrupados para atenderem ao lote específico, guardada a devida especificidade de cada objeto. Dessa forma, além da celeridade que é um dos princípios da licitação na modalidade pregão, os licitantes possuem a possibilidade de apresentarem melhores ofertas nos lances, considerando as despesas com fretes, mão de obra, descontos obtidos com fornecedores, etc. Sem dúvida, quando a empresa se propõe a participar do processo licitatório sabendo que poderá lograr-se vencedora apenas em um item, este produto ou serviço será cotado bem mais caro para que a mesma não tenha prejuízos, como já citado, com fretes, combustíveis, manutenção, mão de obra, dentre outros, etc.;

4.6. Muitas vezes quando a licitação é realizada por item, há demora em se entregar os produtos ou serviços, por que algumas empresas ou pessoas físicas não comparecem para assinar o contrato ou não cumprem com o mesmo. Assim, a Administração tem que convocar o segundo, terceiro, quarto e demais colocados, até que consiga um que tenha interesse de assumir aquele determinado item,



muitas vezes com um valor que não viabiliza ser assumido de forma isolada, o que não ocorre em uma licitação por lote;

4.7. Saliente-se ainda que todos os preços unitários devam ser apresentados conforme o valor de mercado, fato este a ser verificado nas propostas apresentadas, considerando que para esses objetos várias empresas costumam participar do certame e os preços cotados serão verificados se realmente são os menores preços válidos apresentados;

4.8. Portanto, inquestionavelmente a licitação realizada por lote atende melhor ao interesse público, já que, dentre outros, tem assegurado o princípio da economicidade;

4.9. Noutro ponto, observamos que quando se comprova que o critério de julgamento por preço por lote se justifica, mormente por não gerar prejuízo ao certame e ainda não ferir a competitividade, constatamos inclusive que se torna mais fácil para qualquer licitante oferecer menores valores para lote com vários itens do que para lotes com somente um item;

4.10. Não há qualquer prejuízo ao certame com o critério escolhido, o julgamento será procedido resguardando princípios fundamentais, tais como, igualdade e competitividade, e em conformidade com as exceções tratadas em lei, tornando, portanto, inexorável a regularidade desta licitação;

4.11. Não se tem como novidade ainda neste Município que proceda a licitações julgadas por item que atenderam sobremaneira ao interesse público, citamos como exemplo que alguns Pregões realizados, que fora julgado por menor preço por lote e fora exitoso desde o procedimento licitatório até a execução do contrato;

4.12. Com efeito, as justificativas para a adoção de lote nesse certame são plenamente corroboradas, por ser essa a opção mais adequada do ponto de vista operacional e econômico, tal como retrata a Súmula 247/TCU.

O TCU se posicionou no sentido que:

“Cabe considerar, porém, que o modelo para a contratação parcelada adotado nesse parecer utilizou uma excessiva pulverização dos serviços. Para cada um de cinco prédios, previram-se vários contratos (ar condicionado, instalações elétricas e eletrônicas, instalações hidrossanitários, civil). Esta exagerada divisão de objeto pode maximizar a influência de fatores que contribuem para tornar mais dispendiosa a contratação (...) embora as estimativas numéricas não mostrem consistência, não há nos autos nenhuma evidência no sentido oposto, de que o parcelamento seria mais vantajoso para a Administração. Ao contrário, os indícios são coincidentes em considerar a licitação global mais econômica” (Acórdão no 3140/2006 do TCU).

E um dos argumentos mais interessantes a se levar em conta na hora de optar entre ITEM ou LOTE é a capacidade operacional da unidade para lidar com diversos contratos. Isso ficou bem entendido no Acórdão 2796/2013-Plenário e no Acórdão 5301/2013-Segunda Câmara No Acórdão nº 2.796/2013, o TCU assevera que a “adjudicação por grupo ou lote não pode ser tida, em princípio, como irregular”, e admite que “a perspectiva de administrar inúmeros contratos por um corpo de servidores reduzido pode se enquadrar, em nossa visão, na exceção prevista na Súmula nº 247, de que haveria prejuízo para o conjunto dos bens a serem adquiridos” (grifou-se e negritou-se). Logo, a possível ineficiência na gestão e



fiscalização de serviços, oriunda muitas vezes de uma Administração com quadro pessoal de servidores bastante reduzido, como acontece, em inúmeros Órgãos/Entidades, pode, na visão do TCU, servir de supedâneo para utilização do critério global. O próprio TCM/CE já se manifestou através do Acórdão nº 688/2017, de lavra do Nobre Conselheiro-Substituto, Dr. Davis Santos Matos, que julgou o processo 2011.MRU.PCS.10147/12, pela possibilidade de julgamento por lotes, a saber:

“(...) No entanto, a adjudicação por lote, também autorizada pela mesma norma, não pode ser descartada, razão pela qual continua no leque de escolhas do gestor público.”

4.13. Isto posto, optou-se por adotar um pregão do tipo **menor preço por lote único**, ao invés de um pregão com base no menor preço por item, por entender que a contratação dessa forma seria mais vantajosa e conveniente, aumentaria a uniformidade dos valores e fornecimentos, e reduziria os riscos de conflitos. Além disso, mesmo em se tratando de licitação de tipo menor preço por lote, os valores por item ainda assim deverão ser levados em consideração e verificada sua coerência com o mercado, evitando-se distorções nos valores para cada item em vistas a realidade mercadológica.

## 5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5.2. Não será admitida a subcontratação do objeto central deste contrato, ressalvadas as exceções, limites e condições expressamente estabelecidos no **item 7.6** deste Termo de Referência.

5.3. Não haverá exigência da garantia da contratação.

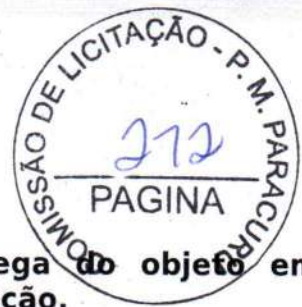
## 6. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

6.1. A execução dos serviços deverá ser iniciada no prazo estabelecido na Ordem de Serviço (OS), a ser emitida pela Administração, não podendo exceder 10 (cinco) dias úteis da data de seu recebimento pela Contratada.

**6.1.1.** O regime de execução e os prazos para conclusão de etapas ou vigência da prestação obedecerão rigorosamente ao disposto na respectiva Ordem de Serviço e ao Cronograma Físico-Financeiro ou Plano de Trabalho aprovado.

**6.2.** Caso ocorra qualquer fato impeditivo para o início ou continuidade da execução nos prazos estipulados, a Contratada deverá comunicar formalmente as razões à Fiscalização com antecedência mínima de **05 (cinco) dias úteis** do vencimento, salvo motivo de força maior devidamente comprovado, sob pena de caracterização de inexecução contratual.

**6.3. A execução deve observar os padrões de qualidade e as especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, sendo**



**vedada a descontinuidade na prestação ou a entrega do objeto em desconformidade, sem a prévia autorização da Fiscalização.**

6.4. A execução do objeto ocorrerá em duas etapas consecutivas:

6.4.1. Etapa I - Implantação e Parametrização: Compreende a liberação dos acessos, configuração do ambiente virtual em nuvem, treinamento presencial ou remoto dos usuários e homologação do sistema. O prazo máximo para esta etapa será de até 30 (trinta) dias, a contar da Ordem de Serviço.

6.4.2. Etapa II - Cessão de Uso SaaS e Suporte: Compreende a disponibilização contínua da plataforma, 24 horas por dia e 7 dias por semana, suporte técnico e atualizações evolutivas das Inteligências Artificiais de forma remota, estendendo-se por toda a vigência do contrato.

## **7. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

### **7.1. EXPERIÊNCIA DO ALUNO E ACESSIBILIDADE**

**7.1.1. Biblioteca Digital Interativa (Alinhamento 100% BNCC):** A solução deve disponibilizar um acervo integrado de livros literários e paradidáticos para leitura nativa dentro do próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). O sistema deve superar o modelo de repositórios de arquivos estáticos, oferecendo um ambiente de leitura imersivo e projetado especificamente para o desenvolvimento das competências leitoras exigidas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

**7.1.2. Trilhas de Aprendizagem e Gamificação:** O sistema deve substituir os simulados tradicionais por trilhas de questões interativas, gerando pontuações e rankings (gamificação saudável). O sistema deve, obrigatoriamente, fornecer feedback explicativo imediato ao aluno após os exercícios, transformando o erro em etapa de aprendizado em tempo real.

**7.1.3. Videoaulas Focadas em Avaliações Externas:** O acervo deve conter videoaulas próprias com foco em resolução passo a passo de questões de provas de larga escala (SAEB e SPAECE), englobando, no mínimo, as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, visando a familiarização prévia dos alunos com os modelos oficiais de avaliação.

**7.1.4. Acessibilidade Nativa (Requisito Desclassificatório):** A plataforma deve possuir integração nativa com intérprete virtual de Língua Brasileira de Sinais (VLibras), garantindo total autonomia de navegação, leitura e aprendizado aos alunos com deficiência auditiva, em estrito cumprimento às diretrizes de inclusão escolar.

### **7.2. MÓDULOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA ALUNOS (TUTORIA SOCRÁTICA)**

7.2.1. As inteligências artificiais voltadas aos estudantes devem, obrigatoriamente, ser baseadas no Método Socrático, sendo programadas para induzir o raciocínio e a interpretação, sendo vedada a entrega de respostas finais prontas.

**7.2.1.1. IA de Tutoria de Leitura (Letramento):** Integrada aos livros digitais da biblioteca, capaz de interagir em tempo real durante a leitura, explicando



vocabulários complexos com exemplos lúdicos e formulando perguntas de compreensão leitora.

**7.2.1.2. IA de Resolução Matemática com OCR:** Módulo capaz de ler imagens (fotos) de cadernos ou quadros enviadas pelos alunos, desmembrando problemas matemáticos passo a passo e utilizando linguagem adaptada à faixa etária para ensinar a lógica de cálculo.

**7.2.1.3. IA de Letramento e Interpretação:** Módulo focado na competência leitora (SAEB/SPAECE), capaz de ensinar o aluno a identificar finalidades de textos e informações implícitas.

**7.2.1.4. IA de Ciências Humanas e da Natureza:** Capacidade de analisar imagens, mapas e fenômenos, estimulando a criação de hipóteses e o debate sobre o contexto dos eventos.

**7.2.1.5. IA de Acolhimento Socioemocional:** Módulo voltado para a regulação de ansiedade pré-prova e frustração. **Requisito de Segurança:** Esta IA deve possuir protocolo de segurança rigoroso para identificar riscos graves à integridade do aluno e acionar/orientar imediatamente a busca por um adulto ou coordenação escolar.

### **7.3. FERRAMENTAS DE PRODUTIVIDADE, ACERVO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA PROFESSORES**

7.3.1. O sistema deve atuar como um ecossistema completo de apoio ao professor, otimizando o tempo de planejamento e automatizando tarefas burocráticas por meio de acervos estruturados e IAs específicas:

**7.3.1.1. Banco de Questões Multidisciplinar Estruturado (Funcionalidade de Acervo):** A plataforma deve fornecer um repositório robusto e pré-cadastrado de questões prontas, abrangendo diversas disciplinas e tópicos curriculares. A ferramenta deve possuir filtros de busca por componente curricular e assunto, permitindo ao professor localizar e selecionar rapidamente questões para uso imediato em dinâmicas de sala de aula, composição de avaliações, listas de exercícios e fixação de conteúdo, garantindo agilidade no preparo de materiais.

**7.3.1.2. IA de Geração de Avaliações Inéditas (Anticola):** Atuando de forma complementar ao Banco de Questões, este módulo de Inteligência Artificial deve formular provas e baterias de exercícios compostas por questões 100% originais e contextualizadas. O sistema deve fornecer, junto às questões inéditas, um gabarito comentado exclusivo para facilitar o processo de correção pelo docente.

**7.3.1.3. IA de Planejamento Pedagógico:** Ferramenta que gere, em segundos, planos de aula completos e dinâmicos, exigindo do usuário apenas o tema e o ano escolar, entregando o conteúdo rigorosamente mapeado com os códigos e habilidades da BNCC.

**7.3.1.4. IA de Redação de Documentos Oficiais:** Assistente virtual capaz de redigir instantaneamente relatórios pedagógicos individuais, comunicados aos pais e atas, utilizando linguagem institucional, empática e estruturada com lacunas (templates) para respeitar a LGPD.

**7.3.1.5. IA de Metodologias Ativas em Tempo Real:** Ferramenta que forneça, sob demanda, sugestões de dinâmicas rápidas e metodologias de "baixo recurso" (utilizando apenas lousa, papel e voz) para resgate imediato de engajamento da turma.



**7.3.1.6. IA de Saúde Mental e Manejo de Sala:** Assistente dedicado a oferecer técnicas de Comunicação Não-Violenta (CNV) para resolução de conflitos e indisciplina, servindo também como espaço de escuta e oferta de estratégias rápidas para mitigação de esgotamento docente (burnout).

#### **7.4. ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO (SLA)**

**7.4.1. Disponibilidade:** A plataforma deverá garantir um índice de disponibilidade mínima de 98,5% ao mês, excluindo janelas de manutenção programadas.

**7.4.2. Tempos de Resposta:** Os incidentes de suporte técnico deverão obedecer aos seguintes tempos máximos:

- o Crítico (Indisponibilidade total): Resposta em até 24 hora, Resolução em até 48 horas.
- o Alto (Degradação significativa): Resposta em até 24 horas, Resolução em até 72 horas.
- o Médio/Baixo (Dúvidas ou pequenas falhas): Resposta em até 24 horas, Resolução em até 72 horas.

#### **7.5. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, BACKUP E LGPD**

7.5.1. A plataforma deverá possuir política de backup automático diário de banco de dados, com retenção mínima de 30 (trinta) dias para garantir a recuperação rápida em caso de sinistro.

7.5.2. A contratada deverá implementar medidas técnicas aptas a promover a segurança e o sigilo dos dados pessoais gerados, em estrito cumprimento à LGPD (Lei nº 13.709/2018).

7.5.3. Encerrada a vigência do contrato, a contratada deverá disponibilizar as bases de dados processadas ao Município e, no prazo de até 30 dias, eliminar completamente os dados pessoais da sua base.

#### **7.6. DA COMPOSIÇÃO TECNOLÓGICA DA SOLUÇÃO E SUBCONTRATAÇÃO**

7.6.1. O objeto desta contratação caracteriza-se como um ecossistema educacional integrado. A contratada é a detentora e responsável exclusiva pela engenharia pedagógica, arquitetura de aprendizagem, curadoria de conteúdo e pela estruturação lógica (engenharia de prompts) das ferramentas de Inteligência Artificial ofertadas.

7.6.2. Para garantir a entrega de uma solução em estado da arte e a alta disponibilidade exigida, fica expressamente reconhecido e autorizado que a plataforma SaaS seja composta pela integração de infraestruturas tecnológicas de terceiros. Isso inclui, mas não se limita a: serviços de hospedagem em nuvem, APIs de inteligência artificial de provedores globais, plataformas de streaming de vídeo, gateways de acesso a acervos digitais e módulos white-label de interatividade. A utilização dessas infraestruturas é inerente ao modelo SaaS e não configura subcontratação de serviços ou repasse do objeto central desta licitação.

7.6.2.1. É admitida a subcontratação de serviços acessórios e complementares até o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor do contrato, desde que não descaracterize o objeto principal.

7.6.2.2. Independentemente da composição tecnológica utilizada, a Contratada original permanece como a única e exclusiva responsável perante



a Administração Pública pelo cumprimento de todos os SLAs, LGPD e atendimento integral do objeto.

## 8. DA PROVA DE CONCEITO (POC) E DEMONSTRAÇÃO DO SISTEMA

8.1. Como condição obrigatória para adjudicação, a licitante provisoriamente vencedora será convocada para submeter sua plataforma à Prova de Conceito em até 03 (três) dias úteis após a solicitação.

8.2. A Análise terá duração máxima de 08 (oito) horas. A licitante deverá simular ao vivo as funcionalidades exigidas no Roteiro de Verificação abaixo. O não atendimento a qualquer funcionalidade implicará na desclassificação sumária da proposta.

### 8.2.1. ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO (CHECK-LIST):

1. O sistema possui integração funcional com intérprete virtual de Libras (VLibras) nas interfaces principais?
2. A IA Tutora de Leitura demonstra capacidade de interagir e aplicar o Método Socrático sobre o acervo literário nativo?
3. As trilhas gamificadas fornecem feedback explicativo após os exercícios?
4. O módulo de OCR consegue ler a foto de um problema matemático e a IA consegue desmembrá-lo passo a passo sem entregar a resposta direta?
5. A IA Socioemocional demonstra ser capaz de identificar um risco simulado e acionar um protocolo de orientação/segurança?
6. O assistente de Planejamento Pedagógico gera um plano de aula completo e alinhado à BNCC em tempo real?
7. A ferramenta de Banco de Questões permite a filtragem de acervo pré-cadastrado por disciplina e assunto?
8. A plataforma demonstra possuir acervo de videoaulas nativas focadas em avaliações externas (SAEB/SPAECE)?

## 9. EQUIPE TÉCNICA

9.1. Dada a complexidade da solução, que envolve Inteligência Artificial e impacto direto nos indicadores educacionais do município, a licitante vencedora deverá comprovar possuir em seu quadro técnico, no mínimo, a seguinte equipe multidisciplinar para gestão, implantação e acompanhamento do projeto:

**9.1.1. 01 (um) Profissional Especialista em Políticas Públicas (Titulação mínima de Mestrado):** Profissional responsável pelo alinhamento estratégico da plataforma com as metas governamentais da Secretaria de Educação. Atuará na análise macro dos dados gerados pela Inteligência Artificial e na orientação aos gestores municipais para a tomada de decisão voltada à elevação do IDEB.

**9.1.2. 01 (um) Profissional de Tecnologia da Informação (TI) / Suporte:** Profissional com formação de nível superior em Tecnologia da Informação, Engenharias ou áreas correlatas, ou com formação de nível técnico em informática. Será o responsável técnico pela garantia de estabilidade do ambiente em nuvem, manutenção preventiva, gestão de acessos, conformidade contínua com a LGPD e suporte remoto para resolução de chamados técnicos.



**9.1.3. 01 (um) Profissional com graduação de Nível Superior em Administração:** Atuará como Gestor de Projeto (*Customer Success*), sendo o elo entre a contratada e a Administração Pública, garantindo a correta implantação do Ambiente Virtual de Aprendizagem (SaaS), o cumprimento dos cronogramas de treinamento e o gerenciamento dos níveis de serviço (SLA).

**9.1.4. 01 (um) Profissional da Área Pedagógica (Pedagogo ou Licenciado):** Com experiência na área educacional. Será o responsável técnico pelo alinhamento do Banco de Questões e das Inteligências Artificiais de tutoria às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além de conduzir as capacitações com o corpo docente.

## 10. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (caput do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5º do art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

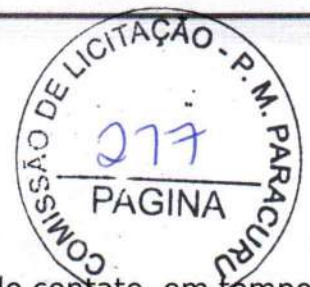
10.5. Após a assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

10.7.1. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

10.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;



10.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

10.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

10.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

10.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

10.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

10.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

10.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.



10.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **11. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

11.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

11.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

11.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias).

11.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

11.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

11.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

11.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11.9. Recebida a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

11.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.



11.10. Para fins de liquidação, quando cabível, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

11.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta junto ao cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.13. A Administração deverá realizar consulta ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.14. Constatando-se, junto o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não



regularize sua situação junto ao o cadastro de fornecedores ou no registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

11.18. Em atendimento ao inciso VI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

11.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

11.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

11.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.24.A antecipação de pagamento somente será permitida se propiciar sensível economia de recursos ou se representar condição indispensável para a obtenção do bem ou para a prestação do serviço, conforme determina o § 1º do art. 145 da lei Federal nº 14.133/21.

## **12. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

12.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço, por Lote.

12.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação Jurídica**

12.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

12.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à



verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

12.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

12.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

12.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

12.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



12.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.19. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

12.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (alínea "c" do inciso II do art. 5º da IN Seges/ME nº 116, de 2021) ou de sociedade simples;

12.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, válida na data de sua apresentação, nos termos do inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021, para empresas sediadas em outros estados.

12.22. Certidão Unificada Estadual de Natureza Cível, expedida pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará, por meio do Sistema de Requerimento e Expedição de Certidões - SIRECE, específica de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, em nome da pessoa jurídica licitante, válida na data de sua apresentação, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e da Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 40/2025 para empresas sediadas no estado do Ceará.

12.23. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) ÷ (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) ÷ (Passivo Circulante).

12.24. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo OU patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.



12.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (§1º do art. 65 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.26. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§ 6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.26.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigida da microempresa ou da empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social

12.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

### **Qualificação Técnica**

12.28. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

12.29. Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante fornece ou forneceu serviços de licenciamento de Plataforma Educacional (SaaS) com características compatíveis ou superiores ao objeto deste Termo de Referência (englobando gamificação, acervo digital e uso de Inteligência Artificial voltada à educação).

12.30. Declaração com indicação explícita da equipe técnica da licitante, pertencente ao seu quadro, adequada e disponível para a realização do objeto, composta pelos profissionais exigidos no item 8.

12.31. Comprovação de experiência dos profissionais indicados, mediante apresentação de currículos ou atestados que comprovem atuação em projetos de tecnologia educacional.

12.32. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

12.33. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

13.1. O controle e o gerenciamento das atas de registro de preços serão realizados pelo órgão gerenciador, quanto a:

- I - os quantitativos e os saldos;



- II - as solicitações de adesão; e
- III - o remanejamento das quantidades.

13.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

13.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

13.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

13.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.3.1. Os instrumentos acima especificados serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

13.4. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.5. A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **14. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA**

14.1. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **15. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

15.1. Em atendimento ao § 3º do art. 86, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, será permitida a adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública, permitindo a ampliação do acesso às condições contratuais vantajosas já negociadas, em conformidade com as disposições legais vigentes.

15.1.1. A adesão à ata de registro de preços configura uma estratégia administrativa que visa ampliar a eficiência e promover a economicidade nas



contratações públicas. Esta decisão está alinhada com os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública, conforme estabelecido pela Constituição Federal e reiterado pelos Acórdãos 224/2020, 2736/2023 e 2822/2021 do Tribunal de Contas da União (TCU).

A opção pela adesão não é meramente procedimental, mas uma escolha estratégica que requer uma justificação clara e robusta. Nesse sentido, a adesão deve ser precedida por uma análise criteriosa do mercado e uma avaliação das vantagens econômicas, garantindo que as condições obtidas através do registro de preços sejam, de fato, as mais vantajosas para a Administração Pública. Esta análise deve considerar não apenas os custos diretos, mas também os benefícios de longo prazo, como a redução de tempo e recursos despendidos em múltiplas licitações.

Além disso, a adesão deve estar em harmonia com os objetivos estratégicos do órgão ou entidade, contribuindo para a otimização de recursos e a melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão. A transparência do processo é fundamental e deve ser assegurada pela divulgação de todos os atos, garantindo que a adesão à ata de registro de preços ocorra de forma aberta e acessível a todos os interessados.

Em conformidade com os precedentes do TCU, a inclusão de cláusula de adesão no edital deve ser motivada de forma explícita, detalhando como essa escolha se alinha à busca pela eficiência administrativa e quais benefícios específicos são esperados. Tal motivação reforça o compromisso com a gestão fiscal responsável e com a obtenção de valor para o dinheiro público.

Portanto, a adesão à ata de registro de preços, quando bem fundamentada e justificada, representa uma prática alinhada à busca constante pela eficiência na Administração Pública, proporcionando economia, agilidade e qualidade na contratação de bens e serviços, sempre em prol do interesse público.

Paracuru/CE,